

# *Consumo* *Brasil*

# Nova Cartilha

O governo surpreendeu o país com iniciativas inéditas que prenunciam guinada substantiva na política econômica dos últimos cinco anos. A primeira medida diz respeito ao acordo emergencial pelo qual o governo se compromete a reduzir o IPI dos carros populares para que as fábricas baixem os preços, vendam mais e garantam o emprego.

A decisão veio acompanhada de duas outras providências, com o mesmo objetivo, no âmbito do Banco Central: a permissão para que as montadoras destinem até 30% da produção aos consórcios de fábrica, e a recriação dos consórcios de automóveis usados.

A pressão sindical dos metalúrgicos do ABCD (tanto das correntes filiadas à CUT, quanto à Força Sindical) foi fator determinante para tirar o governo da atitude passiva. Até a drástica mudança provocada pela desvalorização do real, a política monetária de juros altos e o câmbio amarrado ditava as regras da economia.

É de se perguntar por que outros segmentos não têm reconhecida sua importância na formação do PIB e do emprego no Brasil, como a construção civil, a petroquímica e a indústria do turismo. Será por falta do mesmo poder de representação político-sindical? A evolução deste acordo para uma aplicação mais abrangente – compreendendo a redução do ICMS (outro componente importante no custo final dos veículos) – torna-se mais complexa, pois envolve vários estados.

A produção automobilística – antes concen-

trada em São Paulo – se espalhou por Minas (Fiat e Mercedes-Benz) e Paraná (Renault, Audi-VW, Chrysler-BMW) e vai chegar ao Estado do Rio (Peugeot-Citroen) e ao Rio Grande do Sul. Garantir redução dos preços mediante renúncia fiscal da União parece fácil, mas quando mexe com a receita de estados já em dificuldades a situação fica mais difícil.

É estranho que o governo federal tome com uma das mãos para atender ao compromisso com o FMI de obter superávit no orçamento primário (aumento das contribuições previdenciárias dos servidores públicos e cobrança sobre os servidores inativos, além do aumento e prorrogação da CPMF, da Cofins e outros impostos) para doar com a outra benefício a metalúrgicos, montadoras e fábricas de autopartes de São Paulo.

Não há mal algum em que a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e a Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde ajam contra os reajustes dos carnês de *leasing* cambial ou contra os abusos nos preços dos remédios. Ou ainda que a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda promova acordos setoriais para impedir avalanche de reajustes. Essa fórmula nunca deu certo no passado.

É preciso deixar claro se tais iniciativas vão assumir o papel de vanguarda da política econômica, ou se continuarão como instrumentos de última instância para punir abusos contra o consumidor.